



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REPRESENTAÇÃO Nº 29, de 2008

Apresenta denúncia contra a Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará, sobre mal uso de recursos federais na construção de adutora para abastecimento de água.

Autor: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa do Ceará e da Associação Comunitária Jaguaribense

Relator: Deputado Vanderlei Macris

I – Da Representação

Vem a esta Comissão, Representação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa do Ceará e da Associação Comunitária Jaguaribense, nos termos do art. 137, *caput*, combinado com art. 253 do Regimento Interno desta Câmara dos Deputados, com denúncia contra a Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará, sobre mal uso de recursos federais na construção de adutora para abastecimento de água.

Segundo os denunciantes “A Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará construiu com recursos Federais, uma adutora para abastecimento de água, no intuito



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

de beneficiar a população do distrito de Oiticicas, para ser alimentada com água que vem do Açude Jaburú em Tianguá.” E que “Irresponsavelmente, a prefeitura construiu a adutora, com serviço utilizando material de péssima qualidade (conforme fotos anexas).” E diz mais: “Conforme foi projetado, o abastecimento de água da sede do município, mesmo estando com capacidade máxima de distribuição já é muito inferior à demanda, o que nos leva a questionar a viabilidade de tal iniciativa encampada pela prefeitura, que mesmo sabendo de toda a situação manteve o projeto não sabemos por que razão”. Adiante afirmam que “O material utilizado é de péssima qualidade não oferecendo nenhuma garantia, como o caso do tubo PVC utilizado em todo o trajeto.” E ainda que “não foram utilizadas conexões onde necessárias. Para desviar de árvores ou inclinação do terreno, o tubo foi dobrado, entortado.” Concluem solicitando “sejam tomadas as devidas providências no sentido de enviar técnicos para avaliar a referida obra e corrigir as irregularidades existentes ou mesmo fazer devolver aos cofres públicos os recursos desviados que não foram aplicados corretamente.”

II – Da Oportunidade e Conveniência

O recebimento de representações pela Câmara dos Deputados é regulamentada pelo Art. 253 do Regimento Interno, que determina:

“Art. 253. As petições, reclamações, representações ou queixas apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, ou imputados a membros da Casa, serão recebidas e examinadas pela Ouvidoria Parlamentar, pelas Comissões ou pela Mesa, conforme o caso, desde que:

I – encaminhadas por escrito ou por meio eletrônico, devidamente identificadas em formulário próprio, ou por telefone com a identificação do autor;

II – o assunto envolva matéria de competência da Câmara dos Deputados.”



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

A Fiscalização contábil, financeira, operacional, e patrimonial da União é atribuição do Congresso Nacional, mediante controle externo, conforme o Art. 70 da Constituição.

II - VOTO

Em face do exposto, este Relator vota pelo encaminhamento da matéria ao Tribunal de Contas da União para as providências que se fizerem necessárias.

Sala da Comissão, de de 2009.

Deputado Vanderlei Macris
Relator